

URFBio Sul - Supervisão

Decisão IEF/URFBIO SUL - SUPERVISÃO nº. 13/2025

Belo Horizonte, 26 de junho de 2025.

ATO DE INDEFERIMENTO

Indexado ao Processo: 2100.01.0021907/2025-17

Requerente: BRENO MOREIRA DE ALMEIDA NOGUEIRA

CPF/CNPJ: 119.302.396-37

Imóvel da intervenção: Sítio Inhame

Município: Turvolândia/MG

Objeto: Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas

Bioma: Mata Atlântica

O Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Sul do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020:

Considerando que o Parecer nº 34/IEF/NAR POÇOS DE CALDAS/2024 (91176802) sugeriu o indeferimento do pedido, tendo em vista que foram identificados 6 (seis) exemplares da espécie *Cedrela Odorata*, a qual é classificada como vulnerável (VU) pela PORTARIA MMA Nº 443, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014, contante da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção;

Considerando que o art. 3º, §3º, incisos I e II, do Decreto Estadual nº 47.749/2019, veda o pedido de intervenção ambiental na modalidade simplificada quando as árvores objetos dos cortes são ameaçadas de extinção ou protegidas por Lie, bem como quando se localizam em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, a saber:

Art. 3º (...)

§ 3º – A autorização para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas poderá ser emitida de forma simplificada, mediante apresentação de requerimento específico disponível no sítio eletrônico do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, desde que observadas as seguintes condições:

I – não se tratem de espécies ameaçadas de extinção constantes da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constantes da lista oficial do Estado de Minas Gerais ou espécies objeto de proteção especial, estabelecida por legislação específica;

II – estejam localizadas fora de APP e Reserva Legal;

Considerando o disposto no art. 50 da Lei Estadual nº 14.184/2002, que preconiza: "*A Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente*";

Determino o **INDEFERIMENTO** do processo nº 2100.01.0021907/2025-17, por insuficiência técnica e de instrução processual.

Oficie-se e archive-se.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Carvalho de Figueiredo, Supervisor(a)**, em 26/06/2025, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116787915** e o código CRC **DE387F89**.

Referência: Processo nº 2100.01.0021907/2025-17

SEI nº 116787915